

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústria Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. O ano de 2016 foi marcado pela fraca atividade econômica devido à incerteza que ronda o mercado brasileiro desde 2014. O novo Governo Federal, que tem demonstrado suas intenções de reformas, assim como a nova política monetária, com cortes de juros mais acentuados, começa a gerar alguns sinais de uma possível recuperação da economia brasileira, que podem ser notados nos índices de confiança apresentados a seguir. Contudo, essa possível recuperação ainda não pôde ser sentida no volume de novos negócios da Romi, que continua sendo impactada pelo cenário de incertezas quanto ao futuro do País. A desvalorização do real (R\$) perante o dólar norte-americano (US\$) ao longo de 2016 fez com que fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos se tornassem mais competitivos quando comparados aos equipamentos importados, contudo, no decorrer do ano de 2016, especialmente a partir do mês de junho, o real (R\$) apresentou valorização e alta volatilidade, o que, em conjunto com o panorama de incertezas, prejudicou a decisão de potenciais planos de internalização de peças atualmente importadas. Tal cenário também impactou as margens das exportações e a competitividade dos produtos Romi, que possuem como principais competidores máquinas importadas, assim como segmentos da indústria nacional, que

também competem com peças importadas. **1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida:** A Receita Operacional Líquida auferida em 2016 foi de R\$ 586,9 milhões, 3,2% inferior ao registrado em 2015, devido aos seguintes principais fatores: (i) redução da receita de máquinas novas no mercado doméstico, causado pelo fraco desempenho da economia em 2016; e (ii) redução da receita da subsidiária alemã B+W em 2016, como consequência da desaceleração temporária da China no segundo semestre de 2015, onde houve uma diminuição dos pedidos para entrega em 2016. Em 2016, o mercado doméstico foi responsável por 65% da receita operacional líquida consolidada da Companhia. A receita obtida no mercado externo, que considera as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no exterior (México, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha e B+W) foi de US\$ 63,1 milhões, montante 7,2% inferior ao alcançado em 2015. Essa redução na receita do mercado externo deve-se a subsidiária alemã B+W, cujos altos custos estão contemplados no parágrafo acima. Em 2016, a entrada de pedidos foi de R\$ 62,7 milhões, montante 27,7% superior ao obtido no ano de 2015. **Margens:** Em 2016, a margem bruta foi de 19,9%, 2,9 pontos percentuais abaixo do obtido em 2015. Essa redução foi ocasionada principalmente pelas despesas com rescisões de contratos de trabalho (R\$ 8,9 milhões em 2016 e R\$ 7,6 milhões em 2015). **Resultado Líquido:** O prejuízo do ano de 2016 foi de R\$ 39,466. **2. INVESTIMENTOS:** Ao longo do ano de 2016 foram investidos R\$ 25,3 milhões, sendo destinados, em parte, para a manutenção, produtividade e modernização do parque

industrial, em especial na aquisição de uma nova máquina de moldagem automática para a unidade de Fundidos e Usinados. **3. AUDITORIA EXTERNA:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Companhia PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **4. ARBITRAGEM:** As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	81.502	102.580	122.341
Duplicatas a receber	4	60.227	56.010	94.216
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	102.356	120.908	120.356
Estoque	6	182.215	192.596	264.587
Partes relacionadas	8	36.566	33.022	-
Impostos e contribuições a recuperar		21.980	19.196	24.402
Outros créditos		12.852	21.695	14.472
		497.698	546.007	622.374

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Financiamentos	12	96.221	41.857	99.435
Financiamentos - FINAME fabricante	13	67.177	82.785	67.177
Fornecedores		28.165	20.330	34.482
Salários e encargos sociais		15.548	17.656	19.013
Impostos e contribuições a recolher		1.172	2.144	2.596
Adiantamentos de clientes		8.318	11.614	53.787
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	1.487	-
Participações a pagar		158	527	158
Outras contas a pagar		5.713	6.346	14.241
Provisão para passivo a descoberto - controlada		7	-	-
Partes relacionadas		8	758	634
		223.230	185.384	290.889

NÃO CIRCULANTE

Duplicatas a receber	4	11.996	8.941	11.996
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	67.323	99.541	67.323
Partes relacionadas	8	-	798	-
Impostos e contribuições a recuperar		777	1.203	777
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	56.232	48.738	58.053
Depósitos judiciais	14	2.115	2.627	2.115
Outros créditos		8.806	5.577	9.065
		147.249	167.425	149.329

NÃO CIRCULANTE

Financiamentos	12	87.761	152.227	100.338
Financiamentos - FINAME fabricante	13	62.953	92.124	62.953
Impostos e contribuições a recolher		539	539	539
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	14	713	1.459	1.920
Outras contas a pagar		-	29	96
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	25.853
		151.966	246.378	191.699

TOTAL DO ATIVO 975.158 1.102.481 1.084.120 1.218.718

TOTAL DOS PASSIVOS PATRIMÔNIO LÍQUIDO 375.196 431.762 482.588 545.723

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 599.962 670.719 599.962 670.719

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 975.158 1.102.481 1.084.120 1.218.718

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	22	445.097	408.299	586.917
Custo dos produtos e serviços vendidos	23	(370.025)	(320.500)	(469.921)
Lucro bruto		75.072	87.799	116.996
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	23	(46.751)	(46.771)	(72.846)
Gerais e administrativas	23	(34.129)	(39.954)	(64.592)
Pesquisa e desenvolvimento	8	(5.134)	(5.282)	(5.380)
Participação e honorários da Administração	7	(14.690)	14.160	-
Resultado de participações societárias	25	1.249	1.112	(730)
Outras receitas operacionais, líquidas		(118.947)	(94.970)	(161.430)
Prejuízo operacional		(43.875)	(7.171)	(2.042)
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	24	17.630	17.142	20.773
Despesas financeiras	24	(15.999)	(20.047)	(19.458)
Varição cambial, líquida		(3.282)	9.821	(3.783)

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (47.257) 2.650 (48.217) 8.855

Imposto de renda e contribuição social 15 7.562 3.604 8.748 (1.509)

Lucro líquido (prejuízo) do exercício (39.695) 6.254 (39.469) 6.254

Atribuição à Participação dos acionistas controladores (39.695) 6.254

Lucro (prejuízo) básico por ação em reais - R\$ 16 (0,63) 0,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(39.695)	6.254	(39.469)	7.346
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(25.357)	28.491	(25.357)	28.491
Lucro (prejuízo) abrangente do exercício	(65.052)	34.745	(64.826)	35.837
Atribuição à Participação dos acionistas da controladora			(65.052)	34.745
Participação dos acionistas não controladores			226	1.092

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(47.257)	2.650	(48.217)	8.855
Ajustes de:				
Despesas (receitas) financeiras e variação cambial, não realizadas	17.249	(5.040)	10.102	4.741
Depreciação e amortização	27.375	26.245	34.385	34.445
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, outros créditos e máquinas usadas	(513)	(725)	(2.515)	(1.685)
Provisão (reversão) para realização dos estoques	(11.395)	(16.510)	(14.579)	(14.009)
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(58)	(653)	2.325	(22.535)
Resultado de participações societárias líquido de dividendos recebidos	14.690	(14.160)	-	-
Provisão para passivos eventuais	4.347	(1.839)	4.756	(224)
Varição nos ativos e passivos operacionais				
Duplicatas a receber	(9.811)	23.700	24.318	30.536
Partes relacionadas (ativo e passivo)	(2.439)	4.757	-	2.329
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	51.537	87.274	51.537	87.274
Estoques	21.776	33.839	17.779	8.351
Impostos e contribuições a recuperar	(2.319)	(2.747)	(10.368)	(7.803)
Depósitos judiciais	(1.537)	(1.343)	186	(1.343)
Outros créditos	12.747	22.739	12.763	24.561
Fornecedores	8.711	(2.996)	6.958	(5.160)
Salários e encargos sociais	(1.389)	3.245	(1.102)	3.561
Impostos e contribuições a recolher	(972)	(2.407)	(825)	5.676
Adiantamentos de clientes	(3.296)	196	15.936	(3.077)
Outras contas a pagar	(6.543)	(1.585)	(15.614)	5.668
Caixa gerado nas operações	70.903	154.640	85.180	159.315
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	-	-	(1.049)	(846)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	70.903	154.640	85.180	159.315

Fluxos de caixa das atividades de investimento (23.201) (13.663) (24.993) (16.927)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento (8.530) (15.647) (23.089) (12.208)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)
Atribuído à participação dos controladores

	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Participação dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria				
Saldos em 1º de janeiro de 2015	489.973	2.052	(10.349)	14.560	642.537	1.624	644.161
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.254	1.092	7.346
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	28.491	-	-	28.491
Total dos resultados abrangentes reconhecido no exercício	-	-	-	28.491	6.254	1.092	35.837
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	(5,078)	-	-	-	(5,078)
Cancelamento das ações em tesouraria de emissão própria	-	-	10.349	-	-	-	10.349
Aumento de capital	2.052	(2.052)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	313	-	-	313
Dividendos obrigatórios por controlada	-	-	-	-	(1.485)	(1.485)	(440)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(4.456)	-	(4.456)
Transferência entre reservas	-	-	-	4.456	-	-	4.456
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	2.052	(2.052)	5.271	(8.993)	313	(5.580)	(440)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	492.025	(5,078)	(5,078)	43.051	670.719	2.276	672.905
Saldos em 1º de janeiro de 2016	492.025	(5,078)	(5,078)	43.051	670.719	2.276	672.905
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(39.695)	226	(39.469)
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	(25.357)	-	-	(25.357)
Total dos resultados abrangentes reconhecido no exercício	-	-	-	(25.357)	(39.695)	226	(64.826)
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	(5,705)	-	-	-	(5,705)
Cancelamento das ações em tesouraria de emissão própria	-	-	10.783	-	-	-	10.783
AbSORção do prejuízo do exercício	-	-	-	(39.695)	-	-	(39.695)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	5,078	(50,478)	-	(932)	(66,372)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	492.025	(5,078)	(5,078)	43.051	599.962	1.570	601.537

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **2.7. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 10. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas" na demonstração do resultado. **2.9. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 9. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.10. Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.11). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento". **2.11. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída - ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substituída a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **2.25. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa e depósitos em conta-corrente	3.474	1.529	19.594	26.267
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	28.845	65.655	46.422	81.164
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	47.189	32.025	49.245	33.775
Aplicações financeiras em moeda estrangeira - US\$ (TimeDeposit)	1.955	2.413	7.025	2.413
Outros	39	958	55	962
Total	81.502	102.580	122.341	144.581

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante				
Clientes no país	59.169	55.271	59.170	73.085
Clientes no exterior	3.601	3.414	40.473	57.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.543)	(2.675)	(5.427)	(8.064)
Total	60.227	56.010	94.216	122.126
Não circulante				
Clientes no país	10.959	8.967	10.959	8.967
Clientes no exterior	1.268	353	1.268	353
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(231)	(379)	(231)	(379)
Total	11.996	8.941	11.996	8.941

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valores a vencer	50.792	43.486	75.096	98.007
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	6.742	5.112	12.609	7.833
De 31 a 60 dias	378	774	1.796	3.712
De 61 a 90 dias	76	627	793	1.807
De 91 a 180 dias	469	1.435	965	2.934
De 181 a 360 dias	677	3.325	2.013	7.352
Mais de 360 dias	3.636	3.926	6.371	8.545
Total	11.978	15.199	24.547	32.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(62.770)	(58.685)	(99.643)	(130.190)
Total circulante	(2.543)	(2.675)	(5.427)	(8.064)
Total não circulante	60.227	56.010	94.216	122.126

Em 31 de dezembro de 2016, contas a receber de clientes no valor de R\$ 9.204 (2015 - R\$ 12.145 - Controladora) e R\$ 18.889 (2015 - R\$ 23.740 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2016, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2016	2015
Valores a vencer:		
2018	11.027	11.027
2019	1.200	1.200
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(231)	(231)
Total - não circulante	11.996	11.996

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	3.054	3.131	8.443	8.067
Créditos provisionados no exercício	454	1.198	808	1.879
Créditos baixados definitivamente da posição	(734)	(1.275)	(2.530)	(2.917)
Varição cambial	(1.063)	1.414	(1.063)	1.414
Saldo em 31 de dezembro	2.774	3.054	5.658	8.443

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As demais contas a receber do balanço não contém ativos *impaired*.

5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante		
FINAME a vencer	74.828	95.640
FINAME aguardando liberação (a)	339	399
FINAME em atraso (b)	39.622	37.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.433)	(133.269)
Total	102.356	120.908
Não circulante		
FINAME a vencer	67.073	99.916
FINAME aguardando liberação (a)	1.357	1.596
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.107)	(101.512)
Total	67.323	99.541
Total	169.679	220.449

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 13), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. FINAME fabricante é uma linha utilizada pela Romi com prazos até 48 meses, incluindo carência de até 3 meses com custo estimado de 13,1% ao ano, obedecendo as condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento. Adicionalmente, considera-se para definição das condições de financiamento, as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem passados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante e a pagar, são representados por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram canceladas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra provisão para eventual perda na realização desse saldo, no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução, são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então, são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$ 4.015 (R\$ 14.572 em 31 de dezembro de 2015), no ativo circulante, e R\$ 8.246 (R\$ 5.260 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, estavam distribuídos como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valores a vencer	75.167	96.039
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	2.070	3.108
De 31 a 60 dias	1.292	1.626
De 61 a 90 dias	1.346	1.614
De 91 a 180 dias	3.633	4.452
De 181 a 360 dias	5.295	6.227
Mais de 360 dias	25.986	20.203
Total	39.622	37.230
Total - Circulante	114.789	133.269

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valores a vencer:		
2018	43.749	43.749
2019	19.216	19.216
2020	5.458	5.458
2021 e após	7	7
Total - não circulante	68.430	68.430

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo inicial	14.332	14.979
Créditos provisionados (ou baixados) no exercício	(792)	(647)
Saldo final	13.540	14.332

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas". A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	38.077	47.858	70.461	77.683
Máquinas usadas	22.939	31.159	22.940	31.159
Produtos em elaboração	62.146	52.988	94.968	77.681
Materia prima e componentes	57.487	59.461	74.656	79.566
Importações em andamento	1.566	1.130	1.566	1.697
Total	182.215	192.596	264.587	267.786

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2016, estão líquidos dos montantes de R\$ 47.242 e R\$ 50.662, respectivamente (R\$ 58.636 controladora e R\$ 61.360 consolidado) em 31 de dezembro de 2015, respectivamente) referente à provisão para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de referência por venda ou utilização. A movimentação da provisão para realização dos estoques ao valor realizable líquido, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015	58.636	65.241	65.241	65.241
Estoques vendidos ou baixados	(43.068)	(44.002)	(43.068)	(44.002)
Constituição da provisão	15.073	16.159	15.073	16.159
Varição cambial	-	(3.337)	-	(3.337)
Transferência de provisão advinda de máquinas apreendidas no exercício	16.600	16.600	16.600	16.600
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.242	50.662	47.242	50.662

A composição da provisão para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	2.894	3.057	6.314	9.662
Máquinas usadas	19.565	28.885	19.565	28.885
Produtos em elaboração	5.602	6.465	5.602	6.465
Materia prima e componentes	19.181	20.229	19.181	20.229
Total	47.242	58.636	50.662	65.241

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos e serviços vendidos" totalizou R\$ 370.025 (2015 - R\$ 320.500) na Controladora e R\$ 469.921 (2015 - R\$ 468.605) no Consolidado.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

Controlada	País
1. Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália
1.1. Romi Machines UK Ltd. (*)	Inglaterra
1.2. Romi France SAS (*)	França
1.3. Romi Máquinas España S.A. (*)	Espanha
2. Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha
2.1. Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W") (*)	Alemanha
2.1.1. Burkhardt + Weber/Romi (Shanghai) Co., Ltd (*)	China
2.1.2. Burkhardt + Weber LLC (*)	Estados Unidos da América
3. Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor")	Brazil
4. Romi Machine Tools, Ltd. ("Romi Machine Tools")	Estados Unidos da América
5. Romi Empreendimentos Imobiliários S.A. (anteriormente denominada INTEROCEAN)	Brazil
6. Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	Uruguai
7. Irsa Máquinas México S. de R. L. de C.V. (anteriormente denominada Sandretto México)	México

(*) Controlada indireta - 100% de participação.

	31 de dezembro de 2016							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Romi Empreendimentos (5)	RSA Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Investimentos: Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	35.190	83.077	19.971	14.020	2.423	5.748	5.892	
Ativo não circulante	5.926	93.645	2.984	3.18	-	-	-	
Passivo circulante	25.162	57.515	292	12.808	-	1	4.771	
Passivo não circulante	10.388	34.182	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	5.566	85.025	22.663	1.530	2.423	5.747	1.121	

	31 de dezembro de 2015							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Romi Empreendimentos (5)	RSA Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2015	14.458	114.883	30.567	5.277	(4)	6.252	1.230	172.663
Varição cambial sobre investimentos no exterior	(2.954)	(20.507)	-	(608)	-	(1.060)	(228)	(25.357)
Aumento de capital (b) e distribuídos (c)	-	-	-	-	2.432	-	-	2.432
Dividendos declarados e distribuídos (c)	-	-	(12.543)	-	-	-	-	(12.543)
Resultado de participações societárias	(5.938)	(9.351)	3.069	(3.139)	(5)	555	119	(14.690)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	5.566	85.025	21.093	1.530	2.423	5.747	1.121	122.505

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações; (b) Em Reunião realizada pelo Conselho de Administração, em 14 de junho de 2016, foi aprovado o aumento de capital da subsidiária Romi Empreendimentos Imobiliários S.A., no montante de R\$ 2.432. O aumento de capital foi realizado pela capitalização de ativos, avaliados pelo valor contábil, à quantia de R\$ 2.382 e R\$ 50 integralizados em dinheiro. (c) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada nas seguintes datas: (i) pela Assembleia Geral Ordinária de 21 de março de 2016, no valor de R\$ 13.485, referente ao exercício de 2015; (ii) pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de julho de 2016, no valor de R\$ 1.654, referente ao 1º semestre de 2016. A Companhia recebeu, dessas distribuições, o montante de R\$ 12.551 (R\$ 1.549 em 2015), como complemento dos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 11.002, em 2016, como dividendos adicionais e R\$ 1.540, respectivamente.

	31 de dezembro de 2015							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa Controladas (2)	Rominor (3)	Romi Machine Tools (4)	Romi Empreendimentos (5)	RSA Romi A.L. (6)	IRSA Máquinas México (7)	Total
Investimentos: Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	44.939	85.771	33.232	18.528	6	6.253	4.339	
Ativo não circulante	8.654	122.114	3.023	603	-	-	1	
Passivo circulante	27.363	48.111	3.413	13.854	10	1	3.104	
Passivo não circulante	11.772	44.891	-	-	-	-	6	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) da controlada	14.458	114.883	32.842	5.277	(4)	6.252	1.230	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente

Mônica Romi Zanatta - Membro

Carlos Guimarães Chiti - Vice-Presidente

Paulo Romi - Membro

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - Membro

Paolo Guglielmo Bellotti - Membro

José Carlos Romi - Membro

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão - Membro

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen

Diretor-Presidente

William dos Reis - Diretor Vice-Presidente

Francisco Víta Júnior - Diretor

Fábio Barbanti Taiair - Diretor

Fernando Marcos Cassoni - Diretor

PARER DO CONSELHO FISCAL

e dos Auditores Independentes, opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, estão em condições de serem submetidos

à deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Santa Bárbara d'Oeste, 6 de fevereiro de 2017.

Alfredo Ferreira Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Thiago Freitas Rodrigues

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADASAos Administradores e Acionistas **Indústrias Romi S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Indústrias Romi S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Indústrias Romi S.A. e da Indústrias Romi S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita:** Detalhes sobre a política contábil e notas explicativas relevantes relativas ao reconhecimento de receita estão descritos nas Notas "2.20 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos" e "22 - Receita líquida de vendas" às demonstrações financeiras. Focamos nossos trabalhos no reconhecimento de receita, pois são realizadas vendas de valores significativos e, em decorrência da logística de entrega dos clientes, pode haver intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas dos produtos e o período efetivo da transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos aos clientes da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluem, entre outros, os procedimentos descritos a seguir. Entendimento e testes dos controles gerais relevantes sobre Tecnologia da Informação relacionados à gestão de mudanças, acessos e operações, bem como dos controles das transações relevantes referente ao processo de reconhecimento de receitas no correto período de competência, existência e valor correto. Adicionalmente, checamos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receita por meio de testes sobre transações de vendas realizadas durante e no final do exercício. Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidências de auditoria apropriadas e suficientes em relação a esse tema. **Porque é um PAA: Projeções de resultado utilizadas na avaliação do valor recuperável de ativos e na realização de tributos diferidos.** Notas "2.11 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída - ativos não financeiros", "10 - Imobilizado", "11 - Intangível" e "20 - Informações por segmento de negócio consolidado" às demonstrações financeiras. Notas "2.15 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido" e "15 - Imposto de renda e contribuição social" às demonstrações financeiras. As projeções de resultado são base para a elaboração de fluxos de caixas futuros descontados que, por sua vez demandam: (i) adequada identificação de Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") de Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados, para a mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e (ii) adoção de premissas e julgamentos para a elaboração das projeções. Focamos nossos trabalhos nas projeções de resultados realizadas pela administração, pois envolvem julgamentos e premissas nem sempre objetivas. Essas projeções incluem premissas referentes ao desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxa de câmbio, volume e preço de venda, bases tributárias e correspondentes alíquotas de tributos, entre outras, que podem resultar em valores diferentes dos resultados efetivos da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Entre outros procedimentos, testamos a consistência entre as principais premissas utilizadas, bem como as comparamos com os orçamentos atuais aprovados e com as expectativas dos mercados e setores em que a

Companhia atua. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando determinados intervalos e cenários de taxas de crescimento e de descontos, bem como efetuamos leitura das divulgações realizadas. Adicionalmente, comparamos as projeções com de resultados de anos anteriores efetivamente realizados. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na projeção do resultado são razoáveis. **Porque é um PAA: Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD"):** Detalhes sobre a política contábil relativa à provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritos na Nota "2.5 (b) - Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros" às demonstrações financeiras. Focamos nossos trabalhos nessa área pois a avaliação realizada pela administração da Companhia para o registro das provisões para créditos de liquidação duvidosa envolve alto nível de julgamento e premissas críticas. Assim, são considerados, entre outros: (i) a capacidade de pagamento dos clientes; (ii) a existência de garantias reais, bem como seus valores justos; e (iii) o histórico de perda da carteira de clientes e um correspondente deflator a ser aplicado sobre a carteira de risco. Essas estimativas estão relacionadas com as duplicatas a receber, como mencionado na Nota 4 às demonstrações financeiras, e com os valores a receber - repasse FINAME fabricante, como mencionado na Nota 5 às demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos, entre outros procedimentos, o entendimento e testes dos controles gerais relevantes sobre Tecnologia da Informação relacionados à gestão de mudanças, acessos e operações, bem como realizamos o entendimento e teste dos controles de transações relevantes referente ao processo de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Nossa abordagem de auditoria também considerou testes em relação à integridade da base de dados utilizada para mensuração e registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa, recálculo do modelo utilizado e a análise das premissas relevantes utilizadas para a mensuração, tais como idade em atraso dos títulos vencidos e valores estimados de realização das garantias, potencial perda para clientes que não possuem títulos em atraso e a capacidade de pagamento dos clientes. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da

Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 7 de fevereiro de 2017